

RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL: O CASO DOS ASSENTAMENTOS SÃO JUDAS, MARGARIDA ALVES E SILVIO RODRIGUES COM AS FEIRAS DE RIO BRILHANTE E MARACAJU

Lara Dalperio Buscioli

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

lara.dalperio@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta parte das discussões realizadas na dissertação de mestrado intitulada “Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Ñanderu”, sob orientação de Bernardo Mançano Fernandes e fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Assim, apresentaremos nas páginas que se seguem os resultados desenvolvidos que se referem à luta dos camponeses dos assentamentos Projetos de Assentamentos Federais (PA) São Judas, PA Margarida Alves e PA Silvio Rodrigues frente ao avanço da cana de açúcar do agora do grupo Louis Dreyfus Company (LDC), para produção e comercialização de seus produtos em duas feiras: uma no município de Rio Brilhante e outra em Maracaju no estado do Mato Grosso do Sul.

Compreendemos o campesinato como aquele sujeito que tem o trabalho familiar como predominante, tendo sua cultura e identidade com a terra/território. Sua reprodução também está ligada com o mercado camponês, criando estratégias e espaços de resistências como as feiras e formas organizativas como cooperativas.

O mercado camponês está estritamente ligado ao desenvolvimento territorial, por isso devemos pensar em que desenvolvimento territorial estamos defendendo ao falarmos de mercados camponeses. Devemos compreendê-lo como multidimensional considerando a educação, cultura, economia e política etc., não separando a cidade e o campo, onde o território tem que ser visto em sua totalidade.

Partindo de tais apontamentos trabalhamos com diversos procedimentos metodológicos que contribuíram para a construção teórica da pesquisa: Utilizamos a pesquisa bibliográfica com a seleção dos principais temas, entrevistas semiestruturadas e observação participante.

MERCADOS CAMPONESES UMA REALIDADE? AS FEIRAS COMO FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DOS ASSENTAMENTOS SILVIO RODRIGUES, MARGARIDA ALVES E SÃO JUDAS.

O mercado capitalista é considerado por muitos autores como hegemônico, pois sobrevive a mais de seis séculos, tendo como base a exploração. Assim, ocorre uma concentração e centralização do capital, que para o mercado a diferenciação em escala global de produtos torna-se importante elemento para sua manutenção e rentabilidade.

A internacionalização do mercado capitalista, principalmente com a produção de *commodities* afeta o campesinato, destruindo em parte suas possibilidades de resistência existentes ao longo dos séculos. Para a reprodução desse mercado, o camponês é parte integrante e subordinado. Neste tipo de mercado tudo pode tornar-se mercadoria, sendo necessária a propriedade privada e a divisão social do trabalho para isso. Ou seja, a lógica capitalista de mercado é a mercadoria diferentemente da lógica camponesa.

A lógica camponesa de um mercado é o trabalho, para o campesinato a sua produção não é vista como mercadoria, pois, em princípio, ela é para subsistência e seu excedente é vendido, transformando-se em mercadoria. Com a renda que se consegue dos produtos, o camponês investe na manutenção do seu lote/terra, tornando possível sua reprodução: “No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra em consumo direto do produtor, do camponês como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob forma de mercadoria, é comercializada” (OLIVEIRA, 1986, p. 68).

A principal evidencia no sistema agrícola do campesinato é a diversidade de cultura e a predominância do trabalho familiar (FERNANDES; WELCH, 2008). Essa diversificação de culturas (produtos com melhores qualidades) vem de frente com a produção de *commodities*. Mesmo assim, é evidente a subalternidade do camponês ao capital (logo ao mercado capitalista), que em alguns casos vende a sua força de trabalho para permanecer no seu lote. Sua única condição de existência no capitalismo é através dessa subalternidade, mesmo ele ainda controle o seu processo de trabalho no lote.

Assim, o poder de decisão dentro do mercado capitalista para o campesinato ocorre de forma precária e quando ocorre, a subordinação é o principal elemento para compreendermos essa situação. A integração do campesinato é vista como solução, criando políticas para essa integração, subordinando-o ao mercado. Sem pensar em alternativas de resistências a esse processo, ou seja, em novas formas de produção e comercialização.

Mesmo diante desses fatos, o camponês é importante para a agricultura nos países capitalistas, pois o capital cria e recria essas relações não capitalistas, como afirma Oliveira (1986): “A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução” (p. 67).

Confrontando com o sistema agrícola do campesinato, temos o sistema agrícola do agronegócio que compreende a “monocultura, o trabalho assalariado e produção em grande

escala” (FERNANDES; WELCH, 2008, p. 49). O campesinato pode se reproduzir nesse sistema, mas dentro dos limites próprios da escala de produção e propriedade, subalterno como afirma Oliveira (1986): “Ele é subalterno a esse modelo de desenvolvimento pelo fato de não possuir poder para impor outro modelo na correlação de forças com o capital. Mesmo assim, sua persistência é um fato histórico impossível de negar (p. 67)”.

Assim, a agricultura capitalista vincula-se com esse mercado em todas as escalas principalmente a internacional, logo está dependente do preço externo. Já a agricultura camponesa, principalmente na produção dos assentados, é marginal ao mercado, com um mínimo de inserção, comercializando em circuitos curtos com feiras e espaços de resistências. Podemos ilustrar como um espaço de resistência às feiras, entendidas neste trabalho como mercados camponeses.

Elas deixam em evidência a produção dos acampados e principalmente dos assentados de reforma agrária, onde a população pode comprar os produtos de qualidade, com uma relação direta do produtor e do consumidor. Assim, trocam-se experiências entre produtores e consumidores, amizades são feitas, configurando em espaços de socialização fortalecendo a luta pela reforma agrária e o mercado camponês no país.

Sobre as feiras de reforma agrária realizada pelo MST, Débora Nunes da coordenação nacional do Movimento, em entrevista a Marinho e Soriano (2014), afirma que “Essas feiras é a desvelada e real demonstração da necessidade de um modelo de agricultura que não esteja preocupado com o lucro, a especulação e a destruição dos bens da natureza” (p. [1]).

Neste sentido, pensarmos no mercado camponês é pensarmos também em estratégias e espaços de resistências, de formas organizativas de trabalho como as cooperativas nos assentamentos criadas pelos camponeses, que fogem a lógica de exploração do trabalho imposta pelo mercado capitalista e que produz também para a venda direta a seus consumidores.

A estes fatos podemos elucidar os assentamentos Silvio Rodrigues, Margarida Alves e São Judas do município de Rio Brilhante no estado do Mato Grosso do Sul. Estes assentamentos são originários de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por meio de reivindicações e resistências nas décadas de 1990 e 2000 resultante nas desapropriações destes territórios. O PA Margarida Alves comporta 120 famílias numa área de 3.166 hectares, PA Silvio Rodrigues com 120 famílias em 3.202 hectares e o PA São Judas com 187 famílias numa área de 4.155 hectares (DATALUTA, 2018).

Nestas áreas presenciamos a comercialização dos produtos cultivados pelos camponeses nos três assentamentos nas Feiras de Maracajú e Rio Brilhante (figura 1). Elas deixam em evidência a produção dos assentados de reforma agrária, onde a população pode comprar os produtos de qualidade, com uma relação direta do produtor e do

consumidor. Assim, trocam-se experiências entre produtores e consumidores, amizades são feitas, configurando em espaços de socialização fortalecendo a luta pela reforma agrária e o mercado camponês no país.

Figura 1: Feira do município de Maracajú e Rio Brilhante



Fonte: BUSCIOLI, 2016

Celso em entrevista aponta que as feiras tem se tornado uma alternativa de comercialização dos produtos dos assentados além do Programa de Aquisição de Alimentos, o excedente é vendido principalmente nas feiras, em mercados, pequenas vendas, frutarias entre outras. No caso do excedente da produção ser comercializados nas feiras, Santos (2015) afirma que: “Esse é o primeiro elemento que reforça a ideia de que os produtos vendidos na feira são ofertados por camponeses, que reafirmam o espaço da feira como espaço de valorização do campesinato, não somente pelo aspecto econômico, mas também pelo aspecto sociocultural” (p. 23).

As feiras tornam-se uma forma de resistências frente aos mercados impostos pelo capitalismo, tendo a venda direta da sua produção ao consumidor, ou seja, a figura do atravessador desaparece viabilizando assim, um maior preço dos seus alimentos e conseqüentemente maior renda. Bem como uma resistência nas questões do trabalho em relação para o trabalho do agronegócio, que dificulta a sua reprodução enquanto camponês.

A comercialização na feira de Rio Brilhante é uma importante fonte de renda para os assentados, que levam sua produção ou de outros assentados para serem comercializadas. A prefeitura, por meio da Secretaria de Agricultura dá um suporte de infraestrutura da feira, por meio de espaços das barracas, logística da produção, dando um caminhão para os camponeses levarem a sua produção passando às cinco da manhã e voltarem para o assentamento.

Esta feira funciona de sábado a partir do meio dia até domingo ao meio dia recebendo os compradores de toda a cidade tanto da área rural como urbana. Em relação à feira de Maracajú, ela funciona nos sábados de madrugada e tem um público diferente da

feira de Rio Brilhante, pois são trabalhadores que vão antes do horário de entrada de seus serviços para comprarem seus alimentos.

Por meio de nossos trabalhos de campo, entrevistamos alguns assentados do PA São Judas e PA Silvio Rodrigues que comercializam sua produção na feira de Rio Brilhante e assentados do PA Margarida Alves comercializam seus produtos na feira de Maracajú. Todos os assentados entrevistados têm as feiras como rendas expressivas em seus lotes, uma alternativa financeira para poderem permanecer no campo.

Na feira de Maracajú entrevistamos Thais e Claro assentados do PA Margarida Alves, sendo que uns dos maiores argumentos para a comercialização dos seus produtos nesta feira, são a facilidade no transporte devido à localização de seus lotes e também, por seu uma feira mais aberta à produção dos assentados, sem ter uma burocracia tão grande como a feira de Rio Brilhante.

Eles produzem uma grande variedade de alimentos tais como queijo, abacate e bolacha. Além, dessa comercialização eles também contribuem vendendo os doces que uma amiga Teresa que também é assentada, sem retirar nenhuma porcentagem dos preços desses produtos.

João e Helena são assentados do PA São Judas e os produtos que eles comercializam são excedentes em seu lote, pois tudo o que eles produzem é comercializado na feira de Rio Brilhante. Sua produção na barraca é de verduras (alface e couve) e legumes, mamão, pimenta, ovos, leite e queijo, bem como produzem pão, doce, bolacha e bolo com o leite retirado do lote. Sobre o leite: *“está saindo muito leite por que as vacas estão criando, né! Então aumento o leite. Nós trazemos 40, 50 litros de leite todo sábado...”* (João em entrevista, 2015).

Guimarães e Mesquita (2009) afirmam a partir de um estudo feito na feira camponesa de Catalão, que as feiras constituem na construção de um espaço para a prática do vender, comprar e socializar. Esta socialização faz-se por meio da construção de laços de amizade, fatos que podemos evidenciar na fala de João: *“Faz amizade e conhece gente diferente todo dia e aqui é uma distração pra gente, é muito bom isso aqui...”* (em entrevista, 2015).

O assentado André do PA Silvio Rodrigues também produz para a feira de Rio Brilhante e segundo relatos ele optou pela feira devido à burocracia que os programas assistencialistas impõem para os assentados comercializarem seus produtos, mesmo diante das dificuldades na questão de fiscalização. Quando questionado sobre essa dificuldade ele nos informou que para comercializar o leite, por exemplo, ele deve ir separando as amostras para serem passadas pela prefeitura do município de Rio Brilhante, ou mesmo na comercialização dos seus frangos, mostrando que ele não tem condições de ter um abatedouro em seu lote como é exigência, bem como para a comercialização do porco.

Deste modo, sua venda é realizada de forma ilegal, pois o mesmo não consegue obter ajuda da prefeitura e do governo por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, sendo que para ele poder criar infraestruturas em seu lote para legalizar a sua situação. Cabe salientar que a está situação é a realidade de muitos camponeses nas feiras no território brasileiro.

O assentado produz os alimentos que são consumidos em seu lote, buscando conforme o aumento das vendas para aumentar a sua produção: “... *porque na feira se eu plantar quiabo eu vendo, se eu plantar abobrinha verde eu vendo, se ela tiver madura eu vendo, milho verde eu vendo, eu vendo a pamonha, sem contar nos outros produtos que o milho dar*” (André em entrevista, 2015). Evidenciando o que Lopes (2012) aponta que as feiras trazem mudanças na vida dos camponeses nos aspectos econômicos aumentando a renda familiar, bem como um acréscimo nas vendas e na quantidade de mercadorias produzidas nos lotes para comercialização.

Assim, com uma maior produção tem-se conseqüentemente uma renda maior para seu lote. Em média André tem uma renda de 600 reais por semana, principalmente no começo do mês onde os trabalhadores rurais e urbanos recebem seus respectivos salários. Essa renda é tirada da produção de aproximadamente 20 produtos como hortaliças (couve e alface), mandioca, milho, feijão, pimenta, abóbora, milho verde etc. Bem como, com a produção do frango que ele compra de outro assentado, para poder comercializar o maior número de galinhas e também de leite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentando superar essa subordinação e integração ao mercado capitalista, o camponês tem buscado formas de resistências frente a essa situação, como o caso das feiras de reforma agrária e a comercialização das feiras municipais aproximando a relação produtor e consumidor final.

As feiras de Maracaju e Rio Brillante tornaram-se importantes instrumentos de resistência do campesinato nos três assentamentos, pois ao produzir e vender de forma direta seus produtos, os camponeses podem contribuir para a melhoria na qualidade de vida e também para a questão estrutural de seus lotes com a instalação e reparação de algum aspecto material. Assim, os principais produtos comercializados são: hortaliças verdes, coloridas, tubérculos, frutas tais como: pimenta, alface, mamão, abobrinha, cheiro-verde, abacate, leite, queijo, pão e doces.

REFERÊNCIAS

BUSCIOLI, L. D. Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brillante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida

Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Nãnderu. 443 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2016.

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela, 2018.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M.. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GUIMARÃES, R. R.; MESQUITA, H. A. de. Feira camponesa: instrumento de luta e resistência das mulheres camponesas em Catalão – GO. XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

LOPES, D. E. Formas de resistência camponesa em Andradina-SP e Castilho - SP. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS – nº 15 – Ano 8, Maio 2012.

MARINHO, G.; SORIANO, R. Sem Terra demonstram força dos camponeses na Feira da Reforma Agrária. 14 set. 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/16523>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

SANTOS, W. R. dos. A importância da feira central da cidade de Goiás (GO) como espaço de resistência do trabalho camponês. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE - A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. 9 a 12 de outubro, 2015.

OLIVEIRA, A. U. de. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Editora Ática, 1986.